

ANEXO 2: INDICADORES SELECIONADOS NA REUNIÃO DO EQUADOR:

| | | | | Indicadores | | | Perguntas do IIED | | | | |
|--|--|-------------|---|--|--|-------------------------|----------------------|--|-----------------------|--------------------|---------|
| COMPONENTE | SUB-COMPONENTES / CRITÉRIOS | Priorização | Pergunta: Percepção de Especialistas | Fontes de Verificação | Unidade de medição | O que está funcionando? | O que está faltando? | Sinalização (vermelho, amarelo, verde) | O que deve ser feito? | Quem deve fazê-lo? | Quando? |
| Marcos legais, políticos, institucionais e de regulamentações | 1.1 Políticas e leis relacionadas com as florestas | * | 1.1.1 Existem leis, políticas e regulamentos sobre o uso e manejo de florestas que são claros e coerentes e evitam exigências desnecessárias? | Visão sistemática das leis, políticas e regulamentos relevantes e análise da qualidade e existência de lacunas. | 1.1.1 Número de respostas positivas para as seguintes perguntas: (S/N) | | | | | | |
| | | | | | 1. Há uma estratégia nacional para a área florestal? | | | | | | |
| | | | | | 2A lei diz explicitamente que o manejo florestal deve ser sustentável? | | | | | | |
| | 1.1.1 Disponibilidade, qualidade e coerência das políticas, leis e regulamentos relativos ao uso e manejo florestal | | 1.1.1 Existem leis, políticas e regulamentos sobre o uso e manejo de florestas que são claros e coerentes e evitam exigências desnecessárias? | | 3. Os planos nacionais (de desenvolvimento, de gestão florestal, plano de investimentos, planos de manejo florestal) levam em conta e têm orçamento para enfrentar as forças motrizes do desmatamento /degradação das florestas? | | | | | | |
| | 1.1.2 Consistência das leis florestais com compromissos e obrigações internacionais relevantes. | * | 1.1.2 As leis são consistentes com os compromissos e obrigações internacionais? TLC, CBD, CITES, outras | Listagem de leis em comparação com a obrigações internacionais | 4. Leis e políticas florestais consideram os valores não comerciais da floresta? 5. O programa nacional de florestas reconhece o papel do setor privado? 6. Existem leis ou normas claras que definem como as agências governamentais devem tomar suas decisões? | | | | | | |
| 1.2 Marco jurídico de apoio e proteção à posse da terra, propriedade e direitos de uso | 1.2.1. Medida em que o marco regulatório reconhece e protege os direitos de propriedade relativos às florestas, incluindo os serviços ambientais (água, carbono, biodiversidade, etc.) | * | 1.2.1 Há clareza na definição de direitos aos recursos como o carbono, fauna, água, minerais? | Listagem das leis e regras que protegem os direitos de propriedade e uso relacionados com os recursos naturais das florestas | 1.2.1 Número de conflitos ou inconsistências na legislação sobre os direitos aos recursos naturais. | | | | | | |
| | 1.2.2. Medida em que o marco regulatório reconhece os direitos constituídos e tradicionais dos povos indígenas, | | 1.2.2 A lei reconhece os direitos das comunidades tradicionais e dos povos indígenas? | Listagem das leis e regras que protegem os direitos das comunidades, povos indígenas e outros | 1.2.2 Número de conflitos ou inconsistências na lei contra o reconhecimento dos direitos das comunidades e | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|---|--|---|--|--|--|--|--|--|--|
| | comunidades locais e usuários tradicionais da floresta | | | usuários tradicionais | dos povos indígenas. | | | | | | | |
| | 1.2.3 Coerência entre os direitos formais e informais aos recursos florestais | * | 1.2.3 Há conflitos entre os direitos formais e informais? | Listagem de leis que especificam a relação entre os direitos formais e informais perante a lei | 1.2.3 Número de casos de conflito entre os direitos formais e informais perante a lei. | | | | | | | |
| 1.3 Concordância entre as políticas mais amplas de desenvolvimento e as políticas florestais | 1.3.1. Coerência e coordenação de planos e estratégias nacionais de desenvolvimento com as políticas florestais | | 1.3.1 Há coerência e coordenação entre as políticas florestais e planos e estratégias de desenvolvimento? | Listagem dos pontos em que os planos de desenvolvimento promovem ou não a sustentabilidade e no setor florestal | 1.3.1 Número de pontos em que os planos nacionais contradizem o manejo florestal sustentável. | | | | | | | |
| | 1.3.2. Coerência e coordenação das políticas setoriais (por exemplo, mineração, agricultura, transportes, energia, mudanças climáticas, planejamento do uso da terra), leis e regulamentações com as políticas florestais, leis e regulamentos | * | 1.3.2 Há coerência e coordenação entre as políticas setoriais e as políticas florestais? | Orçamentos para o setor florestal e para planos setoriais relevantes ao setor florestal | 1.3.2.a | Porcentagem do orçamento para os setores não-florestais que se dedicam à atividades que promovam o manejo florestal sustentável. | | | | | | |
| | | | | | 1.3.2.b | Número de projetos / atividades dos demais setores que promovem o setor florestal (por exemplo, agricultura com sistemas agroflorestais, energia de biomassa). | | | | | | |
| | 1.3.3. Até que ponto a legislação florestal apoia e permite meios de vida sustentáveis para as comunidades que dependem da floresta | | 1.3.3 A lei apoia e promove modos de vida sustentáveis das comunidades que dependem da floresta? | Listagem de leis/políticas/projetos governamentais que apoiam os meios de vida sustentáveis | 1.3.3.a. | Orçamento nacional para projetos que apoiam meios de vida sustentáveis. | | | | | | |
| | | | | | 1.3.3.b. | Número de leis e/ou políticas que promovem meios de vida sustentáveis. | | | | | | |
| | 1.3.4. Consistência dos planos de uso da terra com os objetivos e prioridades da política florestal | | 1.3.4 Os planos para o uso da terra e ordenamento fundiário são consistentes com os objetivos e prioridades da política florestal | Listagem de planos de uso da terra e ordenamento fundiário e pontos de consistência/desacordo com a política florestal | 1.3.4 Número de inconsistências entre os planos de utilização da terra e o ordenamento fundiário. | | | | | | | |
| | 1.3.5. Existência dos meios, incluindo mecanismos de coordenação política intersetorial de alto nível, para harmonizar as políticas de desenvolvimento e florestal (de acordo com a FAO). | * | 1.3.5 Existem meios para a coordenação da política intersetorial? | Listagem dos meios de coordenação intersetorial | 1.3.5.a | Número de meios de coordenação intersetorial mútua (comitês, conselhos, etc.). | | | | | | |
| | | | | | 1.3.5.b. | Número de instâncias de participação ativa nesses meios de coordenação. | | | | | | |
| 1.3.5.c | | | | | Número destes meios de coordenação que têm poder de tomada de decisão. | | | | | | | |
| 1.3.6. Medida em que as políticas florestais e de uso da terra são inclusivas (por | | 1.3.6 Políticas florestais apoiam a igualdade de gênero e os direitos das | Listagem de políticas e leis relevantes para a equidade de gênero e os direitos das | 1.3.6.a. | Número de ações, políticas e leis que explicitamente lidam com a | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|--|--|---|--|--|--|--|--|--|
| | exemplo, a têm igualdade de gênero, enfocam nas populações vulneráveis). | | populações vulneráveis? | populações vulneráveis | equidade de gênero no setor florestal. | | | | | | |
| | | | | | 1.3.6.b. Número de ações, políticas e leis que protegem os direitos das populações vulneráveis. | | | | | | |
| 1.4 Marcos Institucionais | 1.4.1. Medida em que os mandatos dos órgãos governamentais relacionados com as florestas são claros e de apoio mútuo | * | 1.4.1 Há clareza sobre as responsabilidades /mandatos de agências governamentais sobre a posse da floresta, a aplicação da legislação florestal e o manejo florestal? | Listagem dos mandatos dos diferentes setores do governo sobre a posse de áreas de floresta, manejo florestal, cumprimento das leis florestais e a administração fiscal do setor | 1.4.1 Número de sobreposições e/ou falhas de mandatos em relação ao setor florestal. | | | | | | |
| | 1.4.2. Medida em que os mandatos dos governos nacionais e subnacionais relacionadas com as florestas são claros e se apoiam mutuamente | | 1.4.2 Há clareza sobre as responsabilidades /mandatos entre os órgãos governamentais nacionais e subnacionais em relação à posse da floresta, ao cumprimento da legislação e manejo florestal? | Listagem dos mandatos de diferentes setores do governo nacional versus os governos subnacionais sobre a posse dos recursos florestais, o manejo florestal, o cumprimento das leis florestais e a gestão fiscal do setor | 1.4.2 Número de sobreposições e/ou lacunas nos mandatos nacionais vs subnacionais sobre o setor florestal. | | | | | | |
| | 1.4.3. Adequação, previsibilidade e estabilidade dos orçamentos dos órgãos governamentais que lidam com florestas e de seus recursos organizacionais | * | 1.4.3 Os orçamentos dos órgãos governamentais que lidam com florestas e seus recursos organizacionais são adequados, estáveis e previsíveis? | Os orçamentos dos órgãos governamentais que lidam com florestas nos últimos cinco anos em comparação com suas necessidades para fazer o seu trabalho (por exemplo: há recursos para a polícia florestal e/ou agentes ambientais? Carros e barcos para o transporte no campo? etc.) | 1.4.3.a. Mudanças nos orçamentos anuais dos órgãos governamentais que lidam com florestas nos últimos cinco anos. 1.4.3.b. Diferença entre o orçamento necessário e o orçamento atual dos órgãos governamentais que lidam com florestas. | | | | | | |
| | 1.4.4. Disponibilidade e adequação da informação, tecnologia, ferramentas e recursos organizacionais para o cumprimento dos mandatos dos órgãos governamentais. | | 1.4.4 Os órgãos que lidam com florestas têm a tecnologia e as ferramentas necessárias para cumprir os seus mandatos? | Listagem da disponibilidade de recursos necessários para cada instituição florestal (por exemplo, número de computadores com GIS, GPS); listagem do número de técnicos formados em cada instituição. | 1.4.4.a. Número de computadores e outras ferramentas disponíveis para cada instituição. 1.4.4.b. Número de técnicos capacitados (e nível de formação) por km2 de floresta que devem ser monitorados. | | | | | | |
| 1.5 Os incentivos financeiros, instrumentos econômicos e redistribuição de benefícios | 1.5.1. Existência de previsões legais e mecanismos para a partilha equitativa dos benefícios provenientes de florestas | * | 1.5.1 As leis apoiam a distribuição dos benefícios e rendimentos provenientes das florestas para as comunidades locais? | Listagem de leis sobre a distribuição de benefícios e captação de recursos para o setor florestal | 1.5.1 Percentual de lucro proveniente da floresta que é compartilhado com as comunidades locais por lei | | | | | | |
| | 1.5.2. Distribuição equitativa de acesso aos recursos | * | 1.5.2 O acesso aos recursos florestais é justo? | Listagem de políticas que apoiam a equidade de acesso | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|---|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | florestais, aos direitos e rendimentos | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.5.3. Existência de incentivos para o manejo florestal sustentável e às medidas para corrigir os subsídios impróprios e distorções nos preços dos produtos florestais | | 1.5.3 Existem incentivos para o manejo sustentável por meio de medidas para equilibrar o mercado e incorporar os custos ambientais no preço de mercado? | Listagem de iniciativas governamentais para apoiar o nivelamento dos preços em favor do manejo sustentável e subsídios para os produtos sustentáveis | 1.5.3.a Número e valor dos subsídios aos produtos sustentáveis. 1.5.3.b Número e orçamento de projetos e iniciativas de apoio à produção sustentável. | | | | | | | | | |
| | 1.5.4 Procedimentos abertos e competitivos, tais como licitações, para a designação/localização dos recursos florestais | | 1.5.4 Existem procedimentos abertos e competitivos, tais como licitações, para a designação/localização dos recursos florestais | Descrição dos processos de designação de concessões e outros direitos de uso e contratos | 1.5.4. Número de contratos/concessões/direitos florestais que são alocados sem um processo aberto e transparente de alocação. | | | | | | | | | |
| | 1.5.5. Existência e adequação das salvaguardas contra danos sociais e ambientais resultantes de políticas e atividades relacionadas com a floresta | | 1.5.5. O País respeita as salvaguardas para o setor florestal? | Listagem de salvaguardas que são protegidos por leis e políticas | 1.5.5 Proporção de salvaguardas que são respeitadas. | | | | | | | | | |
| Processos de Planejamento e de Tomada de Decisão | 2.1 Participação das partes interessadas | 2.1.1. Em que medida que os marcos jurídicos oferecem oportunidades para a participação pública nas políticas e decisões de questões florestais e oportunidades para requerer e propor soluções | * | 2.1.1 Em que medida que os marcos jurídicos oferecem oportunidades para a participação pública nas políticas e decisões de questões florestais e oportunidades para requerer e propor soluções? | Listagem de leis de participação e consulta | | | | | | | | | |
| | | 2.1.2. Até que ponto os governos se articulam, criam espaços e apoiam a participação da sociedade civil, povos indígenas e comunidades dependentes das florestas nos processos relacionados às florestas e tomadas de decisão | * | 2.1.2 Até que ponto o governo está comprometido criando espaços e apoiando a participação da sociedade civil, dos povos indígenas e de comunidades dependentes das florestas nos processos de gestão florestal e de tomadas de decisão? | Listagem de eventos e processos em andamento que facilitam a participação e consulta; orçamento | 2.1.2.a Número de oficinas de consulta e participação da sociedade civil sobre temas florestais. 2.1.2.b Nível de participação nestes eventos e processos (número de pessoas, representatividade dos participantes da maioria da sociedade (geográfica, gênero, etnia). | | | | | | | | |
| | 2.2 Transparência e responsabilidade na prestação de contas | 2.2.1. Medida em que o marco jurídico apoia o acesso público à informação, promove o debate científico sobre as políticas florestais e impõe sanções ao descumprimento para entidades em suas obrigações de divulgação de informações. | * | 2.2.1 Até que ponto o marco jurídico apoia o acesso público à informação, promove o debate científico sobre as políticas florestais e impõe sanções ao descumprimento para entidades em suas obrigações de divulgação de informações? | Descrição do marco jurídico da liberdade de acesso à informação sobre questões florestais e as consequências e nível de não cumprimento para as instituições florestais. | | | | | | | | | |
| | | 2.2.2 Qualidade, oportunidade, totalidade e | * | 2.2.2 As informações referentes às florestas são de | Processo de notificação público para novos | 2.2.2.a. Número de ações governamentais | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|---|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | <p>acessibilidade de informações relacionadas as florestas à disposição das partes interessadas, incluindo a publicação de editais pendentes pelos órgãos que lidam com florestas.</p> | | <p>alta qualidade, oportunas, integrais e acessíveis</p> | <p>programas, leis, políticas. Disponibilidade ao público de dados, planos de manejo, orçamentos e outras informações florestais</p> | <p>s relacionadas às florestas que passam por um processo de notificação para o público.</p> <p>2.2.2.b Disponibilidad e de informação e facilidade de acesso aos documentos, planos de manejo, etc. (Internet? Por pedido formal? Tempo que leva para receber as informações solicitadas)</p> | | | | | | |
| | <p>2.2.3. Transparência na atribuição de concessões para produtos madeireiros e não-madeireiros, permissões e direitos de usuários de madeira</p> | * | <p>2.2.3 A designação de concessões e de direitos de uso são transparentes?</p> | <p>Descrição dos processos administrativos na atribuição de concessões e autorizações e o grau de transparência e suscetibilidade à corrupção</p> | <p>2.2.3.a. Percentual de designações de concessões e/ou autorizações que passam por processos competitivos, abertos e/ou transparente.</p> <p>2.2.3.b Número de denúncias de corrupção, parcialidade na designação desses direitos.</p> | | | | | | |
| | <p>2.2.4. Transparência na coleta de rendimentos provenientes das florestas (impostos), elaboração de orçamentos, gastos, prestação de contas, distribuição de benefícios e auditorias.</p> | * | <p>2.2.4 Há um sistema transparente, confiável e abrangente para monitorar as receitas e gastos do setor?</p> | <p>Descrição do sistema de captação de recursos, forças e fraquezas</p> | <p>2.2.4. Número de exemplos de falta de transparência e má gestão de recursos nos últimos cinco anos.</p> | | | | | | |
| | <p>2.2.5. Existência, eficácia e independência dos mecanismos de supervisão do governo, externos aos órgãos que lidam com florestas.</p> | * | <p>2.2.5 Existem mecanismos para a revisão externa de órgãos florestais? Há consequências para os servidores desses órgãos que não cumprem com seus deveres ou participam de atividades ilegais?</p> | <p>Descrição dos mecanismos de avaliação externa, a frequência e a validade destas avaliações e as consequências para os servidores públicos que não cumprem com os seus deveres</p> | <p>2.2.5.a. Frequência das avaliações externas.</p> <p>2.2.5.b. Nível de independência das avaliações externas</p> <p>2.2.5.c. Número de sanções ou outros processos contra indivíduos ou instituições que não cumprem as suas funções ou que participam de atividades ilegais</p> | | | | | | |
| | <p>2.2.6. Existência, eficácia, a independência e efetividade dos mecanismos de monitoramento e fiscalização internos da(s) entidade(s) de auditoria(s) florestal(is) e prestação de contas.</p> | | <p>2.2.6 Qual é o nível de existência, a eficácia, a independência e a efetividade dos mecanismos de monitoramento e fiscalização interna e de prestação de contas da(s) instituições florestais?</p> | <p>Descrição dos mecanismos internos de monitoramento interno e fiscalização das instituições florestais. Avaliação de sua implementação.</p> | <p>2.2.6.a. Frequência das revisões internas</p> <p>2.2.6.b. Número de sanções ou outros processos contra indivíduos ou instituições que não cumprem as suas funções ou participam de atividades ilegais</p> | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|--|---|---|--|--|--|--|--|--|--|
| | 2.2.7. Transparência e prestação de contas das instituições privadas, corporações, empresas e organizações da sociedade civil que operam no setor florestal. | | 2.2.7 Qual é o grau de transparência e prestação de contas das instituições privadas, corporações, empresas e organizações da sociedade civil que operam no setor florestal? | As avaliações de transparência no setor privado (relatórios externos de organizações de monitoramento social? Entrevistas com gerentes e empregados) | | | | | | | | |
| 2.3 A capacidade e gerenciamento das partes interessadas | 2.3.1. Presença de organizações da sociedade civil forte e independente, incluindo ONGs de monitoramento e controle. | * | 2.3.1 Existem organizações da sociedade civil fortes e independentes, incluindo ONGs de monitoramento e controle? | Listagem de organizações da sociedade civil do setor florestal e seus papéis em relação ao monitoramento e controle do setor | 2.3.1.a. Número de ONGs que têm um papel de monitorar o setor florestal | | | | | | | |
| | | | | | 2.3.1.b. Capacidade (pessoal, recursos) dessas organizações não governamentais. | | | | | | | |
| | 2.3.2. Capacidade da sociedade civil, dos povos indígenas e das pequenas e médias empresas para participar e se envolver no planejamento florestal e de tomadas de decisão e implementação relacionadas. | | 2.3.2 A sociedade civil, os povos indígenas e as pequenas e médias empresas têm capacidade adequada para a participação e envolvimento no planejamento florestal e em processos de tomada de decisão e implementação relacionados. | Avaliação da capacidade de atores não-governamentais de se envolverem no setor | 2.3.2 Para cada grupo de atores: grau de capacidade e conhecimento sobre questões florestais. | | | | | | | |
| | 2.3.3. Propostas de usuários da floresta são incorporadas nas etapas de tomada de decisão | | 2.3.3 Propostas de usuários da floresta são incorporadas na tomada de decisões? | Listagem de propostas da sociedade civil que foram ou não foram incorporadas nas estratégias e políticas relevantes | 2.3.3 Número de propostas da sociedade civil que foram incorporadas vs número de propostas feitas. | | | | | | | |
| | 2.3.4 Adesão à iniciativas de certificação e legalidade (por exemplo: FSC, Plano de Ação do Comércio da Madeira, etc.) | * | 2.3.4 Existem empresas, comunidades ou proprietários individuais que aderiram à iniciativas de certificação florestal e de legalidade? | Adesão de empresas, comunidades ou proprietários individuais à certificação florestal e iniciativas de legalidade | 2.3.4. Número de empresas, comunidades ou proprietários individuais com certificação florestal e de legalidade (licenças de exploração) | | | | | | | |
| 3.1 Gestão dos recursos florestais | 3.1.1 Quantidade, competência e eficiência dos funcionários das instituições que trabalham na gestão de florestas. | | 3.1.1.a As instituições governamentais contratam pessoal qualificado para os cargos? | Evidências sobre o pessoal contratado vs perfil no edital de convocação para os cargos; comparação entre o salário dos servidores públicos com outros cargos nos setores não governamental e/ou privado; evidência sobre os recursos disponíveis para o trabalho em campo (número de pessoas, combustível, carros, etc.). | 3.1.1.a. Percentual de pessoas que são qualificadas para desempenhar o seu papel dentro da(s) instituição(ões) florestal(is). | | | | | | | |
| | | | 3.1.1.b Os salários e benefícios são adequados para atrair pessoas competentes? | | 3.1.1.b. Comparação dos salários dos servidores públicos com aqueles empregados pelo setor privado. | | | | | | | |
| | | | 3.1.1.c Os agentes de campo têm os recursos necessários para fazer o seu trabalho? | | 3.1.1.c. Número de pessoas contratadas que trabalham em escritórios de campo. | | | | | | | |
| | | | | | 3.1.1.d. Disponibilidade e de recursos (carros, gasolina, etc.) no campo. | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|---|--|---|--|--|--|--|--|--|--|
| | 3.1.2. Qualidade e eficácia dos sistemas de informação e gerenciamento de dados. | | 3.1.2. Os sistemas de informação e gerenciamento de dados utilizados pelas instituições governamentais florestais são adequadas e eficazes? | Listagem dos sistemas utilizados por diferentes instituições governamentais e sua aplicabilidade às necessidades. | 3.1.2.a Número de instituições governamentais com sistemas adequados 3.1.2.b. Número de pessoas capacitadas para usar o sistema em cada instituição. | | | | | | | |
| | 3.1.3. Existência e nível em que os resultados do monitoramento e avaliação são claramente incorporados ao planejamento de manejo florestal. | | 3.1.3 Os resultados do monitoramento e avaliação são claramente incorporados ao planejamento do manejo florestal? | Descrição dos sistemas de monitoramento e avaliação e dos mecanismos de incorporação dos resultados no processo de planejamento. | 3.1.3 Percentual de planos de manejo florestal que apresentam evidências da incorporação dos resultados do monitoramento e avaliação | | | | | | | |
| | 3.1.4. Eficiência no recolhimento, trocas e redistribuição dos impostos florestais, benefícios, taxas e outros pagamentos florestais. | * | 3.1.4 O recolhimento, trocas e redistribuição dos impostos florestais, benefícios, taxas e outros pagamentos florestais são efetivos? | Descrição dos processos de recolhimento, trocas e redistribuição e os problemas do sistema (corrupção, evasão de pagamentos, etc.) | 3.1.4.a Valor do desvio, roubo e evasão. 3.1.4.b. Valor perdido devido às ineficiências. | | | | | | | |
| | 3.1.5. Até que ponto o manejo florestal a nível local segue as políticas, leis e planos adotados. | * | 3.1.5. Localmente, o manejo florestal segue as políticas, leis e planos adotados? | Evidências sobre os sucessos e fracassos na implementação de leis, desvios de orçamento, cumprimento dos planos de manejo | 3.1.5.a. Número de casos de desvios de orçamento. 3.1.5.b. Número de casos de não-cumprimento de planos de manejo. | | | | | | | |
| 3.2 Aplicação e cumprimento da legislação florestal | 3.2.1. Pertinência e consistência na aplicação das sanções por violações de leis e regulamentos florestais. | * | 3.2.1 As sanções por crimes florestais são suficientemente grandes e são classificadas de acordo com o crime? | Marco das sanções por diferentes crimes florestais e avaliação de sua implementação. | 3.2.1.a. Número de casos documentados de sanções inapropriadas (muito altas para os pequenos produtores, muito pequenas para as grandes empresas). 3.2.1.b. Proporção de sanções que são aplicadas às pequenas empresas ou populações vulneráveis. | | | | | | | |
| | 3.2.2. Eficácia das medidas e instrumentos para prevenir crimes florestais. | | 3.2.2 Há medidas e instrumentos eficazes para prevenir crimes florestais? | Descrição das medidas e instrumentos para prevenir crimes | 3.2.2.a. Número de instrumentos eficazes. 3.2.2.b. Número de crimes antes e após a implementação de novos instrumentos (e se existem dados de uma linha de base). | | | | | | | |
| | 3.2.3. Eficácia de incentivos para funcionários e entidades cumprirem as leis florestais, incluindo a investigação e o processo judicial. | | 3.2.3 Existem incentivos eficazes para funcionários e entidades cumprirem as leis florestais, incluindo a investigação e o processo judicial? | Listagem de incentivos para o cumprimento e continuidade das investigações e processos judiciais contra crimes. | 3.2.3 Número de crimes denunciados que são investigados e processados vs número total. | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|--|---|--|--|---|--|--|--|--|
| 3.2.4 Capacidade das instituições governamentais que aplicam as leis para reprimir, detectar e prevenir crimes e atividades ilegais relacionadas com as florestas. | * | 3.2.4.a. As instituições governamentais responsáveis pela aplicação da lei têm a capacidade adequada para reprimir, detectar e prevenir crimes e atividades ilegais relacionadas com as florestas? | Avaliação da capacidade das instituições governamentais para fazerem cumprir a lei - número de servidores atuando na área florestal, recursos de transporte no campo, etc. | 3.2.4.a.1 Número de servidores que atuam na área florestal por km2. | | | | | | |
| | | 3.2.4.b. É abrangida toda a cadeia produtiva, desde a colheita até o transporte para a venda? | | 3.2.4.a.2 Número de veículos por servidor que atua na área florestal. | 3.2.4.a.3. Número de multas por posse de madeira ilegal. | 3.2.4.b. Número de sanções em cada ponto da cadeia produtiva. | | | | |
| 3.2.5. Escopo, adequação e eficácia do uso de ferramentas, instrumentos e informações pelos órgãos responsáveis pela aplicação das leis. | | 3.2.5. Qual é o grau de abrangência, adequação e eficácia do uso de ferramentas, instrumentos e informações pelos órgãos responsáveis pela aplicação das leis? | Descrição da utilização de ferramentas, instrumentos e informações pelos órgãos responsáveis pelo cumprimento das leis. | | | | | | | |
| 3.2.6. Capacidade e disposição do Poder Judiciário, Ministério Público, polícia e outros órgãos responsáveis pela aplicação das leis em lidarem de forma efetiva e aplicarem julgamentos justos aos casos de crimes florestais. | | 3.2.6 Os juízes e advogados apoiar a repressão de crimes florestais? | Evidências de corrupção no poder judiciário. | 3.2.6 Número de denúncias contra a corrupção judicial em processos legais contra crimes florestais. | | | | | | |
| 3.2.7 Instituições governamentais atuam sem interferência política | | 3.2.7 As instituições governamentais que atuam na área florestal são livres de interferência política? | Evidências de influência política nas instituições governamentais que lidam com florestas (ligações com partidos políticos, favores políticos, etc.). | 3.2.7 Número de denúncias contra a interferência política ou influência no setor florestal. | | | | | | |
| 3.2.8 Equilíbrio entre a oferta e demanda de madeira legal | * | 3.2.8 Há oferta de madeira legal suficiente para atender a demanda? | Dados de volume de madeira autorizada (legal) vs volume de madeira disponível ou vendida. | 3.2.8 Equilíbrio = volume vendido pelo volume autorizado | | | | | | |
| 3.2.9 Existência e abrangência do mercado de madeira ilegal | * | 3.2.9 Qual é a extensão e o alcance do mercado de madeira ilegal? | Avaliação do mercado ilegal (percepções de especialistas, entrevistas com os compradores, processadores, informação sobre as denúncias e crimes, etc.). | 3.2.9. Número de reclamações de exploração ilegal e sua localização na cadeia de valor, a institucionalização. | | | | | | |
| 3.2.10 Extensão da extração ilegal de madeira dentro e fora das áreas de floresta autorizadas para exploração | * | 3.2.10 Qual é a extensão (km2 e m3) de extração ilegal de madeira dentro e fora das áreas de florestas autorizadas para exploração? | Dados sobre a extração ilegal de madeira em áreas protegidas e em outras áreas de floresta sem autorização de manejo. Os dados sobre a extração ilegal de madeira em florestas com permissão para exploração. | 3.2.10.a Número de hectares ou volume de madeira extraída em áreas protegidas. | | | | | | |
| | | | | 3.2.10.b Número de hectares ou volume de madeira extraída | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|---|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | ilegalmente em florestas de produção. | | | | | | |
| 3.3 Gestão da posse da terra e dos direitos de propriedade | 3.3.1. Integridade e exatidão da documentação e acessibilidade de informações relacionadas com a posse e direitos às áreas de floresta. | | 3.3.1.a Há integridade e exatidão na documentação e acessibilidade de informações relativas à posse e direitos às áreas de florestas? | Descrição do sistema de documentação de direitos e de suas forças e fraquezas, os exemplos de problemas de falta de informação / sobreposição etc. | 3.3.1.a.1 Percentual de registros de propriedade que estão disponíveis. | | | | | | |
| | | | 3.3.1.b. As fronteiras / limites das propriedades são bem marcados e visíveis em campo? É claro quem tem o direito sobre cada área florestal? | | 3.3.1.a.2 Percentual das áreas que tem a atribuição de título ou direito. | | | | | | |
| | | | 3.3.1.c. Os cadastros sobre esses direitos são livres de fraude? | | 3.3.1.b.1. Percentual das áreas que tem sobreposição de direitos. 3.3.1.b.2 Percentual de áreas que tem a atribuição de título ou direito. 3.3.1.c. Percentual de direitos/propriedades que estão fora de um cadastro central. | | | | | | |
| | 3.3.2. Eficácia dos mecanismos compensatórios quando se expropria ou os direitos são afetados | | 3.3.2 Qual é o grau de eficácia dos mecanismos de compensação quando se expropria ou os direitos de utilização são afetados? | Descrição dos mecanismos de compensação e expropriação de posse e direitos de uso | 3.3.2. Valor por hectare de terra expropriada vs o valor da rentabilidade da terra e uso da floresta | | | | | | |
| 3.4 Cooperação e coordenação | 3.4.1. Âmbito da cooperação e coordenação das instituições governamentais nacionais responsáveis pela aplicação da lei, incluindo a polícia e as alfândegas, na implementação da legislação florestal em diferentes níveis e entre as instituições | * | 3.4.1.a As pessoas podem depender da estabilidade e segurança dos direitos sobre os recursos florestais? | Descrições dos problemas de segurança da posse para empresas, comunidades e outras partes interessadas. Informações sobre a estabilidade dos direitos das comunidades tradicionais | 3.4.1.a. Número de grupos de atores com segurança de seus direitos de posse/uso de áreas de floresta. | | | | | | |
| | | | 3.4.1.b As comunidades têm segurança em acessar os recursos dos quais dependem? | | 3.4.1.b. Número de comunidades (indígenas e camponeses) sem segurança de posse e direitos de uso. | | | | | | |
| | 3.4.2. Até que ponto a outras instituições governamentais (terras, minas, agricultura, transporte, comunicação, proteção ambiental, finanças, etc.) coordenam e cooperam com as entidades relacionadas com as florestas | | 3.4.2. As outras instituições governamentais (terras, minas, agricultura, transporte, comunicação, proteção ambiental, finanças, etc.) coordenam e cooperam com as entidades relacionadas com as florestas? | Listagens dos mecanismos de cooperação e colaboração entre as diferentes entidades governamentais | 3.4.2.a. Número de superposições de mandatos. 3.4.2.b. Número de comitês / projetos / iniciativas de colaboração e coordenação entre os níveis nacional e subnacional. 3.4.2.c. Eficácia das instâncias (3.4.2.b). | | | | | | |
| | 3.4.3. Grau de implementação dos direitos humanos e do | | 3.4.3 As leis apoiam a proteção dos direitos | Informações sobre os casos de não cumprimento | 3.4.3 Número de casos de não-conformidade | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|--|---|---|---|--|--|--|--|--|
| | direito do trabalho, segurança, meio ambiente e outras normas pertinentes na área florestal | | trabalhistas, ambientais e outros, na sua aplicação às atividades florestais? | das leis trabalhistas (por exemplo, trabalho escravo, infantil etc.) no setor florestal | com as leis (por exemplo, trabalho escravo, trabalho infantil, etc.) no setor florestal. | | | | | | |
| | 3.4.4. Eficácia da cooperação transfronteiriça na gestão e controle dos recursos florestais em comum e outras atividades florestais internacionais | | 3.4.4 A cooperação transfronteiriça na gestão de recursos florestais comuns e em outras atividades florestais internacionais é eficaz? | Listagem das instancias de cooperação transfronteiriça, forças e fraquezas | 3.4.4 Número de casos de cooperação transfronteiriça eficaz. | | | | | | |
| | 3.4.5 Nível de corrupção nacional em todos os setores do País | | 3.4.5 Qual é o nível geral de corrupção no País (alto, médio, baixo)? | Os resultados da avaliação da Transparência Internacional | 3.4.5 Índice de corrupção de acordo com a Transparência Internacional. | | | | | | |
| 3.5. Mecanismos de combate à corrupção | 3.5.1. Existência, adequação e eficácia das normas de conduta para os funcionários públicos, nomeados políticos e cargos eletivos | * | 3.5.1.a Existem regras de conduta para os funcionários públicos, nomeados políticos e funcionários eleitos que são eficientes, eficazes e adequadas? | Descrição dos códigos de conduta e as consequências da corrupção e suborno. | 3.5.1.a Número de instituições que têm regras claras de conduta e das consequências adequadas para o não cumprimento. | | | | | | |
| | | | 3.5.1.b Existem códigos de conduta que lidam com as consequências de corrupção e suborno? | | 3.5.1.b.1. Número de servidores que atuam em áreas de florestas que recebem punição por corrupção e suborno. | | | | | | |
| | | | | | 3.5.1.b.2. Número de servidores atuando em áreas de florestas que são demitidos por corrupção e suborno. | | | | | | |
| | 3.5.2. Participação do setor privado nos esforços para combater a corrupção, incluindo a adoção de códigos de conduta e que garantem a transparência nos pagamentos. | | | 3.5.2.a. O setor privado tem a reputação de ser honesto e de confiança? | Descrição da participação do setor privado nos esforços de combate à corrupção, avaliação da extensão da corrupção no setor privado | 3.5.2.a. Número de empresas que são consideradas honestas vs número que são consideradas corruptas. | | | | | |
| 3.5.2.b. O setor privado participa nos esforços para combater a corrupção, incluindo a adoção de códigos de conduta e garantia de transparência nos pagamentos? | | | | 3.5.2.b. Número de denúncias de corrupção feitas pelo setor privado. | | | | | | | |
| | 3.5.3. Existência e efetividade dos canais para a denunciar corrupção e mecanismos para proteção do denunciante | | 3.5.3 Há canais efetivos para denunciar a corrupção e de mecanismos para proteção do denunciante? | Descrição dos canais de denúncia e mecanismos de proteção, dados sobre o número de denúncias nos últimos 5 anos | 3.5.3. Nível de proteção ao denunciante. | | | | | | |
| | 3.5.4. Âmbito e eficácia das medidas de monitoramento, incluindo o julgamento de todas as partes envolvidas em corrupção | * | 3.5.4 As medidas de monitoramento, incluindo o julgamento de todas as partes envolvidas em casos de corrupção são eficazes e completas? | Dados sobre o número de denúncias que são investigadas e punidas | 3.5.4.a. Número de denúncias que chegam à uma investigação nos últimos cinco anos. | | | | | | |
| 3.5.4.b. Número de investigações que chegaram à sanções nos últimos 5 anos. | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|---|---|---|---|--|--|--|--|--|--|
| | 4.1. Manejo Florestal Sustentável | 4.1.1. Áreas de floresta produtivas manejadas asseguram a manutenção dos ecossistemas florestais a longo prazo | * | 4.1.1 O manejo florestal implementado no País garante a manutenção dos ecossistemas florestais a longo prazo? | Descrição do estado atual do manejo florestal no País e os resultados de estudos científicos sobre os impactos sobre os ecossistemas florestais | | | | | | | |
| | | 4.1.2 Taxa de desmatamento | | 4.1.2 Qual é a taxa anual de desmatamento no País? Quais são as tendências nos últimos 5 anos e as previsões para os próximos 5 anos? | Dados oficiais e de estudos científicos sobre as taxas de desmatamento | 4.1.2. Uma tabela das taxas anuais de desmatamento nos últimos cinco anos e as previsões para o futuro. | | | | | | |